

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 377

Período: 15/05/2010 – 21/05/2010

GEDES – Brasil

- 1- Guerrilha do Araguaia I: Brasil enfrenta julgamento na Corte Interamericana de Direitos Humanos
- 2- Guerrilha do Araguaia II: moradores afirmam que corpos foram desenterrados em 1996
- 3- Relutância em considerar as FARC uma organização terrorista atrasou investigação
- 4- General do Exército afirma que Brasil caminha para “ditadura totalitária comunista”
- 5- Debate a respeito da ditadura entra na disputa eleitoral
- 6- Jornal afirma que Exército cria sua própria versão da História do Brasil

1- Guerrilha do Araguaia I: Brasil enfrenta julgamento na Corte Interamericana de Direitos Humanos

Conforme noticiou o jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 12/05/10 um grupo de especialistas reuniu-se para debater a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de não alterar a Lei de Anistia (1979) para permitir a punição de agentes do Estado que praticaram crimes contra os direitos humanos durante o regime militar (1964-1985). Embora os peritos tenham apresentado diferentes opiniões sobre o tema, todos concordaram que a decisão do STF deve ocasionar a condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), que iniciou no dia 20/05/10 o julgamento do processo no qual o país é acusado de detenção arbitrária, tortura e desaparecimento de 70 pessoas ligadas à Guerrilha do Araguaia (1972-1975) e alguns camponeses que viviam na região. De acordo com a *Folha*, o processo foi movido pela organização não-governamental Centro pela Justiça e Direito Internacional (Cejil), pelo Grupo Tortura Nunca Mais e pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo, com o propósito de “alcançar uma mudança estrutural no país”, como explicou a diretora do Cejil, Beatriz Affonso. O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que durante o julgamento na Corte Interamericana foram ouvidos os depoimentos de familiares dos desaparecidos, que relataram suas tentativas de localização dos corpos dos parentes ao longo dos últimos trinta anos, a esperança da punição dos responsáveis, assim como as dificuldades criadas pelo governo brasileiro para impedir as buscas no Araguaia, região do estado de Tocantins. Na defesa do governo brasileiro foram ouvidos o ex-ministro José Gregori (Justiça), o ex-presidente do STF, Sepúlveda Pertence e, como perito, o atual corregedor nacional de Justiça, Gilson Dipp. Segundo a *Folha*, o advogado Roberto Delmanto, que considerou correta decisão do STF a respeito da Lei de Anistia, afirmou que o Brasil deverá ser condenado pela Corte da OEA: “Não cabe criticar o STF, já que ele produziu uma decisão preso a uma cilada histórico-jurídica. A Lei de Anistia, quando foi promulgada, tinha a intenção de ser ampla. Ela queria beneficiar ambos os lados. Não podemos agora voltar atrás nessa interpretação sem ferir princípios que também foram conquistados

a duras penas". De acordo com o *Estado*, não existe um prazo determinado por lei para que a Corte Interamericana apresente o resultado do julgamento. No entanto, espera-se que a decisão final seja divulgada no prazo de seis meses. Em tese, caso seja condenado, o Brasil deverá acatar tal decisão, inclusive determinando a revisão da Lei de Anistia. Contudo, segundo indicou o ministro da Defesa, Nelson Jobim, o país pode descumprir decisão nesse sentido. (Folha de S. Paulo – Brasil – 15/05/10; Folha de S. Paulo – Brasil - 21/05/10; O Estado de S. Paulo – Nacional - 21/05/10)

2- Guerrilha do Araguaia II: moradores afirmam que corpos foram desenterrados em 1996

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a comissão governamental encarregada das buscas das ossadas de guerrilheiros mortos no conflito do Araguaia (1972-1975) colheu depoimentos de moradores da região, os quais afirmaram que no ano de 1996 alguns corpos foram desenterrados em local próximo a uma antiga área militar. Os depoimentos advêm da cidade de São Geraldo do Araguaia (estado do Pará), região em que pouco se ouviu sobre relatos de enterro de restos mortais clandestinos. A pesquisadora Myrian Alves, integrante do Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), afirmou ter ouvido do ex-guia Joaquim Cilora, o qual auxiliou militares na década de 1970, a confirmação sobre a retirada desses corpos na década de 1990 por parte de militares disfarçados. Segundo os relatos, algumas ossadas estariam localizadas ao redor da base montada pelas Forças Armadas na cidade, no período do conflito. Contudo, é no município de Xambioá (estado do Tocantins) que essas declarações são mais freqüentes no que tange a retirada de corpos por parte dos militares. Um exemplo emblemático é o do corpo de Osvaldo da Costa, o Osvaldão, morto em 1974. De acordo com Cilora e outros habitantes, o corpo de Osvaldão foi levado por um helicóptero militar na época e sobrevoou por Xambioá. Em 2009, o GTT tentou localizar seu corpo, mas não obteve sucesso na busca. (Folha de S. Paulo – Brasil – 17/05/10)

3- Relutância em considerar as FARC uma organização terrorista atrasou investigação sobre atuação da guerrilha no Brasil

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a decisão do governo brasileiro de não classificar as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) como terroristas foi responsável pela delonga no mapeamento das operações da guerrilha no Brasil, pois os organismos de segurança pública, ao se depararem com ações das FARC, temiam a desaprovação do governo. Embora haja relutância em considerar as FARC uma organização terrorista, o Serviço Antiterrorismo da Polícia Federal colaborou intensamente para o sucesso do mapeamento da atuação das FARC em solo brasileiro. A investigação revelou que o movimento guerrilheiro, além de ultrapassar repetidamente a fronteira Colômbia-Brasil, também realiza transações comerciais, sobretudo tráfico de entorpecentes, em território brasileiro. Em entrevista para o *Estado*, o general Luís Carlos Gomes Mattos, comandante militar da Amazônia, afirmou que o Brasil necessita destinar mais recursos para o monitoramento das regiões fronteiriças amazônicas. Nessa área atuam 26 mil militares do Exército, sendo 4.500 destes homens destinados à vigilância das

fronteiras, e apenas 1.680 deles estão ordenados em 28 pelotões de fronteira dispostos na linha de frente. O general Mattos ainda analisou a investigação da Polícia Federal como “circunstancial”, pois ainda resta muito trabalho a ser feito. Segundo ele, os homens da FARC não são guerrilheiros, mas sim traficantes que atuam no território brasileiro em negócios relacionados ao narcotráfico. Por fim, o comandante militar da Amazônia disse que o número de pelotões de fronteira deverá dobrar até 2025 e que o primeiro a ser instituído será em Marechal Thaumaturgo, o estado do Acre. O *Estado* afirmou que a partir do compartilhamento de informações entre Brasil e Colômbia, as autoridades brasileiras começam a lidar com o problema da presença das FARC e do narcotráfico no território nacional. O ministro de Defesa colombiano, Gabriel Silva, garantiu que há informações sobre o uso do território brasileiro por redes de narcotráfico e logística das FARC, e que o rio Amazonas e a cidade de Manaus, por ser uma cidade de porto livre, são usados para facilitar tais transações. O ministro colombiano ressaltou que isto é uma realidade, lembrando as recentes prisões, no Rio de Janeiro, de colombianos vinculados à guerrilha. O assessor para assuntos internacionais da presidência da República, Marco Aurélio Garcia, disse que se é certo que há membros das FARC no Brasil, é certo que serão detidos, enfatizando que as Forças Armadas “estão bem qualificadas para eliminar esse tipo de ameaça”. Fabio Valencia, ministro de Interior e Justiça colombiano, afirmou que o Brasil não deve permitir que seu território seja utilizado como abrigo para narcoterroristas. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 16/05/10; O Estado de S. Paulo – Internacional – 17/05/10; O Estado de S. Paulo – Internacional – 19/05/10).

4- General do Exército afirma que Brasil caminha para “ditadura totalitária comunista”

Em entrevista para o jornal *Folha de S. Paulo*, o general Maynard Marques Santa Rosa, ex-chefe do Departamento de Pessoal do Exército, afirmou que o Brasil caminha para se transformar em uma "ditadura totalitária comunista" e que o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), formulado pelo atual governo, o qual considera de ideologia “intolerante, autoritário”, seria uma das ferramentas para estabelecer esse processo. O general defendeu que o PNDH-3 perpassa os limites impostos pelo Legislativo e Judiciário e propõe medidas ilegais que afetam a ordem da sociedade. O militar foi destituído de sua função em fevereiro de 2010 depois que a *Folha* expôs um e-mail em que Santa Rosa taxava a Comissão da Verdade de "comissão da calúnia integrada por fanáticos". Sobre essa questão, Santa Rosa afirmou que a comissão é parcial, pois não analisa os dois lados do conflito entre militares e opositores radicais. O general identificou que o programa de direitos humanos brasileiro foi “fabricado de fora” e que se trata de uma “conspiração internacional”, citando as constituições de Venezuela, Equador e Bolívia como exemplos subversivos. Segundo ele, a grande maioria do Exército corrobora com suas opiniões. Em relação ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, Santa Rosa analisou que é atualmente a pessoa mais indicada para exercer tal cargo. Ao abordar o tema da tortura no regime militar brasileiro (1964-1985), o general ressaltou que houve excesso de críticas quanto ao que foi feito e comparou aos atos colocados em prática em países como Rússia, Cuba e Argentina em seus regimes de exceção, como forma de amenizar o que ocorreu no Brasil. Além

disso, abordou que a tortura nunca foi institucionalizada no regime militar brasileiro e que nunca um militar torturou alguém. (Folha de S. Paulo – Brasil – 17/05/10)

5- Debata a respeito da ditadura entra na disputa eleitoral

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, os candidatos à disputa eleitoral de 2010 estão utilizando temas ligados a ditadura militar (1964-1985) como pautas para debates políticos. Casos como o seqüestro do embaixador Charles Elbrick, do qual o atual pré-candidato do Partido Verde ao governo do Rio Janeiro, Fernando Gabeira, é acusado de participar, estão sendo citados para denegrir ou exaltar a imagem de certos políticos. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/05/10)

6- Jornal afirma que Exército cria sua própria versão da História do Brasil

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Exército brasileiro utiliza sua página na internet para reescrever a História do Brasil, a partir de afirmações como “o golpe militar de 1964 foi uma opção pela democracia”, que podem ser lidas em um dos capítulos da sinopse histórica do Exército, sob título “Antecedentes e Revolução Democrática de 1964”. O jornal questionou o Comando do Exército a respeito do conteúdo e autoria dos textos, e obteve como resposta que os responsáveis foram “diversos historiadores no âmbito do próprio Exército”. Ainda de acordo com o *Estado*, o endereço eletrônico do Exército ilustra sua versão da história com diversas fotos, dentre elas a do comício da Central do Brasil, no estado do Rio de Janeiro, sob a liderança do então presidente da República João Goulart, acompanhadas da seguinte legenda: “ficou claro que as reformas de base seriam feitas na lei ou na marra”. O jornal afirmou que a versão eletrônica da História do Brasil se contrapõe ao livro publicado em 2007 pela Presidência da República, intitulado “Direito à Memória e à Verdade”, que afirma que 50 mil pessoas foram detidas somente nos primeiros meses do governo militar. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/05/10)

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatoriodefesa@gedes.org.br.

*****Equipe:**

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, mestranda em Relações

Internacionais); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Suellen Maiolli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Victor Missiato (Redator, mestrando em História)